



### INSTRUÇÕES

1. Quando autorizado, verifique, atentamente este CADERNO DE PROVA, que deve conter 30 (trinta) questões de múltipla escolha e 1 (uma) dissertativa. Constatando qualquer anormalidade, como página sem impressão ou repetida, ausência de página ou, ainda, impressão defeituosa, solicite imediatamente sua substituição.
2. Escreva seu nome completo, de forma legível, no local indicado do cartão de resposta;
3. No cartão de respostas, das 5 (cinco) alternativas, marque aquela considerada correta para cada questão, conforme exemplo abaixo;
4. Será anulada a questão que contiver mais de uma resposta ou rasura;
5. As provas (objetiva e subjetiva) terão duração total de 4 horas;
6. O caderno de questões, cartão de respostas e folha de texto definitivo da prova subjetiva deverão ser preenchidos com caneta esferográfica azul ou preta e devolvidos ao fiscal ao término da prova;
7. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, gravador, pager, etc.), livros, anotações, dentre outros materiais
8. Durante a prova, o candidato não deve se levantar. Em caso de alguma necessidade, solicitar orientações ao fiscal de sala. É permitida, com autorização, a ida ao banheiro.

**No cartão de respostas, assinale a alternativa considerada correta para cada questão, conforme exemplo abaixo:**

QUESTÕES	RESPOSTA			
1	A	<input checked="" type="radio"/>	C	D
2	A	B	C	<input checked="" type="radio"/>
3	<input checked="" type="radio"/>	B	C	D



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
**PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR EM CURITIBA/PR**  
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023 – DIREITO

**CARTÃO DE RESPOSTAS**

NOME DO CANDIDATO(A): \_\_\_\_\_

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: \_\_\_\_\_

DATA DE NASCIMENTO: \_\_\_\_\_

ASSINATURA: \_\_\_\_\_

QUESTÕES	RESPOSTAS				
1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	E
5	A	B	C	D	E
6	A	B	C	D	E
7	A	B	C	D	E
8	A	B	C	D	E
9	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E



### PROVA OBJETIVA DE LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto abaixo e responda a questão 1.

*Aqueles que somente por sorte se tornam príncipes pouco trabalho têm para isso, é claro, mas se mantêm assim muito penosamente. Não têm dificuldade nenhuma em alcançar o posto, porque para aí voaram; surge, porém, toda sorte de dificuldades depois da chegada. (...) É o que acontece quando o Estado foi concedido ao príncipe ou por dinheiro ou por graça de quem o concede. Tais príncipes estão na dependência exclusiva da vontade e da boa situação de quem lhes propiciou o poder; isto é, de duas coisas extremamente volúveis e instáveis.* (MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. Trad. de Lívio Xavier. São Paulo: Abril Editora, Os Pensadores, 1973, p. 33)

**QUESTÃO 01: (FCC/ 2017 - POLITEC/AP - Perito Médico Legista)** O pensador Maquiavel trata, neste fragmento, do específico poder de um príncipe que:

- (A) tendo chegado a esse posto por méritos pessoais, encontra sérias dificuldades para manter seu poder valendo-se exclusivamente desses méritos.
- (B) ao assumir pela graça de alguém sua posição de poder, imagina que deverá livrar-se com facilidade da influência de seu benfeitor.
- (C) ao pretender que seus reais méritos de governante sejam reconhecidos, verá que todos o acusarão de ter sido bafejado pela sorte ou pelo dinheiro.
- (D) sentindo-se obrigado a retribuir o favor dos poderosos, acaba por se esquecer dos direitos daqueles que deveria governar com lealdade.
- (E) tendo devido a um terceiro a graça que o levou a esse alto posto, passa a depender de quem o agraciou com o poder para de fato conseguir exercê-lo.

**QUESTÃO 02: (FGV/2023 - SEFAZ-MG - Auditor Fiscal Estadual)** Em todas as opções a seguir há um período composto por dois segmentos separados por um ponto. Assinale a opção **CORRETA** em que o conectivo substitui adequadamente esse ponto.

- (A) Em época de paz, os filhos enterram os pais. Em épocas de guerra são os pais que enterram os filhos. / quando.
- (B) Tenho medo de borboletas. Elas têm algo de esquisito, assustador. / conquanto.
- (C) Às vezes vejo um vulto lá fora, que é a velhice. Ela vê que estou trabalhando tanto que resolve procurar outra pessoa. / portanto.
- (D) No universo tudo procede por vias indiretas. Não existem linhas retas. / pois.
- (E) Não é preciso muito para ser um produtor de coelhos. Você coloca um casal numa gaiola e é tudo. / enquanto.



**QUESTÃO 03: (FGV/2023-BB - Analista Tecnológico)** Leia o texto: *“Digno de inveja é aquele que, transpondo o limiar da vida, deixa alguma coisa de si na memória e nos corações dos homens, fugindo assim ao comum olvido das gerações humanas.”* Machado de Assis.

A respeito dos componentes desse segmento textual, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) O segmento "fugindo assim ao comum olvido das gerações humanas" mostra uma causa das ações anteriores.
- (B) Nos termos "Digno de inveja" e "corações dos homens", os termos precedidos da preposição têm a mesma função.
- (C) A expressão "transpondo o limiar da vida" é uma forma delicada de aludir à morte.
- (D) O emprego do demonstrativo "aquele" se justifica pelo fato de referir-se a alguém distante no tempo.
- (E) O termo "gerações humanas" mostra uma redundância, pois o termo "gerações" só se aplica ao homem.

**QUESTÃO 04: (FGV/2023-BB - Analista Tecnológico)** Leia o texto argumentativo a seguir: *“O número de pacientes com câncer no pulmão aumentou assustadoramente no hospital onde trabalho; o fumo faz muito mal à saúde, como sabemos. Agora criaram o cigarro eletrônico, que é mais chique, mas produz o mesmo estrago. O governo deveria aumentar enormemente os impostos sobre o fumo e sobre o álcool a fim de reduzir o consumo.”*

Sobre a estruturação desse texto, assinale a afirmativa **CORRETA**.

- (A) A tese argumentativa não está expressa no texto, mas pode ser inferida.
- (B) Os argumentos apresentados se apoiam em fatos provenientes da experiência do enunciador.
- (C) A criação do cigarro eletrônico comprova a necessidade de proibição dos cigarros.
- (D) A solução apontada para o problema tem sua efetividade dependente da força de vontade do fumante.
- (E) Como os argumentos do texto são subjetivos, mostram pouca força de convencimento.

**QUESTÃO 05: (FGV/2023 - AL-MA - Assistente Legislativo)** Observe o trecho seguinte: *“A compra desses livros, mesmo que estejamos num país sem inflação exagerada, nos ensina a valorizar nosso dinheiro, só o empregando em necessidades reais.”*

A locução destacada poderia ser substituída, sem prejuízo do sentido, por:

- (A) ainda que;
- (B) além do que;
- (C) visto que;
- (D) mais do que;
- (E) desde que.



**QUESTÃO 06: (FGV/2022 - SEAD-AP - Perito Criminal)** A maioria das palavras mostra vários significados (polissemia), o que também ocorre com as preposições. Indique a frase em que a preposição **DE** tem o valor de “finalidade”.

- (A) Moda é uma forma de feiura tão intolerável que precisamos alterá-la a cada seis meses.
- (B) A melhor coisa que existe na televisão é o botão de desligar.
- (C) Serviço de emergência disponível só com 24 horas de antecedência.
- (D) Existem dois tipos de esparadrapo: os que não grudam e os que não saem.
- (E) A glória é como o vagalume: brilha de longe, mas vista de perto, não dá luz nem calor.

**QUESTÃO 07: (FGV/2023 - AL-MA - adaptada)** Assinale a frase em que a utilização do sinal indicativo da crase é realizada de forma **INCORRETA**.

- (A) Voltei à loja e fui bem atendido.
- (B) As datas, só elas dão verdadeira consistência à vida e à sorte.
- (C) À medida que o tempo passa as amizades aumentam.
- (D) Dirijo-me à Vossa Excelência com respeito.
- (E) O futuro é algo que todos nós atingimos à velocidade de sessenta minutos por hora.

**QUESTÃO 08: (FGV/2023 - SEDUC-TO - adaptada)** Observe a frase a seguir: “Os sete pecados capitais responsáveis pelas injustiças sociais são: riqueza sem trabalho, prazer sem escrúpulos, conhecimento sem sabedoria, comércio sem moral, política sem idealismo, religião sem sacrifício e ciência sem humanismo.”

Todos os termos sublinhados são locuções adjetivas. Assinale a opção **CORRETA** em que o adjetivo substitui adequadamente uma delas:

- (A) sem idealismo / realista;
- (B) sem sabedoria / ignorante;
- (C) sem trabalho / preguiçosa;
- (D) sem humanismo / socialista;
- (E) sem sacrifício / inútil.



**QUESTÃO 09: (FGV/2019 - PS/BA - Professor)** Segundo a gramática, os adjetivos podem indicar estados, qualidades, características ou relações.

Assinale a afirmativa **CORRETA** em que o adjetivo sublinhado indica uma relação.

- (A) “O juiz revelou-se um homem perverso.”
- (B) “As borboletas mostram um voo desengonçado”.
- (C) “As goiabas estão nascendo bichadas”.
- (D) “As pitangas ficaram vermelhas rapidamente”.
- (E) “As jabuticabas são frutas brasileiras”.

**QUESTÃO 10: (FGV/2023 - AL-MA - Agente Legislativo - adaptada)** Observe o texto a seguir:

*Gumercindo Bessa (1859-1913), jornalista e jurista alagoano, foi adversário de Rui Barbosa na Questão Acreana, em que o Estado do Amazonas pretendia incorporar o Território do Acre. Bessa venceu a questão em favor do Acre, apresentando argumentos irrefutáveis e numa quantidade impressionante.*

*Posteriormente, mas não muito, Rodrigues Alves (Presidente do Brasil de 1902 a 1906) diria a um cidadão que lhe apresentava um pedido com justificativas infundáveis: “O senhor tem argumentos à Bessa”. A partir daí, popularizou-se a expressão à beça com o sentido de uma grande quantidade ou intensidade.*

*Por que os dois “S” da palavra BESSA viraram cê-cedilha? Ninguém sabe.*

(Reinaldo Pimenta, A Casa da Mãe Joana 2)

A ideia central do texto tem por finalidade:

- (A) documentar um erro ortográfico;
- (B) justificar a duplicidade de grafia de uma expressão;
- (C) explicar a origem histórica de uma expressão popular;
- (D) indicar o sentido preciso da expressão à beça;
- (E) mostrar como as palavras se constroem socialmente.



**PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS JURÍDICOS ESPECÍFICOS**

**DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR E DIREITO PROCESSUAL PENAL COMUM**

**QUESTÃO 11: (CESPE/CEBRASPE-2018 - MPU - Analista do MPU/Direito - adaptada)** Com base em normas do direito processual penal militar e do entendimento de tribunais superiores, assinale a opção **CORRETA**.

- (A) Um militar, em lugar sujeito à administração castrense, foi flagrado na posse de entorpecente ilícito para consumo pessoal. Nessa situação, à luz da jurisprudência do Superior Tribunal Militar e das recentes alterações legislativas introduzidas no Código Penal Militar, pela Lei 13.941 de 2017, o referido militar poderá ser beneficiado com penas alternativas previstas para o usuário na Lei de Drogas.
- (B) Adão, cidadão civil, é investigado pelo crime de desacato por ter ofendido servidor civil que exercia sua função em lugar sujeito à administração militar. Nessa situação, Adão deverá ser processado e julgado na justiça comum federal.
- (C) Segundo o entendimento do Superior Tribunal Militar, o inquérito policial militar deverá ser trancado quando não houver indícios suficientes de autoria ou de materialidade.
- (D) Um policial militar estadual e um soldado do Exército Brasileiro cometeram crime doloso contra a vida de um civil no contexto de intervenção militar para garantia da lei e ordem. Nessa situação, ambos deverão ser julgados pelo tribunal do júri da justiça comum estadual.
- (E) Compete à polícia judiciária militar requisitar à polícia civil e às repartições técnicas civis as pesquisas e os exames necessários ao complemento e subsídio de inquérito policial militar.

**QUESTÃO 12: (CESPE/CEBRASPE-2018 - STM - Analista Judiciário - adaptada)** À luz do Código de Processo Penal Militar, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) O Ministério Público Militar ofereceu denúncia em desfavor de um oficial das Forças Armadas. Todavia, o crime prescreveu. Nessa situação, o juiz deverá receber a denúncia e declarar, de ofício, extinta a punibilidade, independentemente da oitiva do órgão ministerial.
- (B) Em determinada unidade, o comandante instaurou inquérito policial militar para apurar possível crime de prevaricação cometido por um oficial que lá servia. Ao receber os autos do inquérito, o Ministério Público Militar promoveu o seu arquivamento, sob o fundamento de que a materialidade do delito não foi comprovada. Nessa situação, será incabível a propositura de ação penal privada subsidiária da pública.
- (C) As atribuições de polícia judiciária militar são indelegáveis aos oficiais da reserva remunerada.
- (D) Em processo na justiça militar da União, o juiz estará impedido de exercer sua jurisdição se um primo seu for parte ou diretamente interessado na demanda.
- (E) Nos casos em que houver nulidade em um processo na justiça militar da União, por suspeição do juiz, todos os atos judiciais serão declarados nulos, independentemente de eventuais prejuízos para a acusação ou para a defesa.



**QUESTÃO 13: (PM-MT - 2021 - Sargento - adaptada)** Em conformidade com o disposto no Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002/1969 e alterações), **NÃO** é considerada medida preliminar ao inquérito policial militar:

- (A) a preservação do estado e da situação das coisas no local da ocorrência;
- (B) a apreensão dos instrumentos e de todos os objetos que tenham relação com o fato;
- (C) a oitiva de testemunhas;
- (D) a colheita de provas que sirvam para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias;
- (E) a prisão do infrator.

**QUESTÃO 14: (VUNESP - 2017 - TJM-SP - Escrevente - adaptada)** Conforme o Código de Processo Penal Militar, e no que diz respeito aos recursos no processo penal militar, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) caberá recurso em sentido estrito da sentença definitiva de condenação ou de absolvição;
- (B) a apelação será interposta por petição escrita, dentro do prazo de cinco dias, contados da data da intimação da sentença ou da sua leitura em pública audiência, na presença das partes ou seus procuradores;
- (C) cabe apelação da decisão judicial que decretar, ou não, a prisão preventiva, ou revogá-la;
- (D) não caberá revisão dos processos findos em que tenha havido erro quanto aos fatos, sua apreciação, avaliação e enquadramento;
- (E) os recursos em sentido estrito serão interpostos no prazo de cinco dias, contados da data da intimação da decisão, ou da sua publicação ou leitura em pública audiência, na presença das partes ou seus procuradores.

**QUESTÃO 15: (CESPE/CEBRASPE - 2023 - MPE-PA - Promotor de Justiça - adaptada)** No que se refere à norma processual penal e sua aplicação, assinale a opção **CORRETA**.

- (A) A lei processual penal admite tanto a aplicação analógica quanto a interpretação extensiva.
- (B) Os atos processuais realizados sob a égide da lei anterior precisam ser renovados.
- (C) A lei processual penal, quanto à sua eficácia temporal, não terá aplicação imediata, salvo em benefício do réu.
- (D) O princípio da nacionalidade, como regra, é utilizado para a aplicação da lei processual penal no espaço.
- (E) A revogação total de uma lei processual penal é chamada de derrogação.



**QUESTÃO 16: (FCC - 2021 - TJ-GO - Juiz - adaptada)** No tocante às garantias constitucionais aplicáveis ao processo penal, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, mas não somente a estes.
- (B) O civilmente identificado jamais pode ser submetido a identificação criminal, sob pena de caracterização de constrangimento ilegal.
- (C) A garantia do juiz natural é contemplada, mas não só, na previsão de proibição de juízo ou tribunal de exceção.
- (D) O preso tem direito à identificação do responsável por sua prisão, mas nem sempre por seu interrogatório policial.
- (E) A razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação são garantias exclusivamente aplicáveis à ação penal.

**QUESTÃO 17: (FGV - 2021 - PC-RN - Delegado de Polícia - adaptada)** Após receber os autos de inquérito policial encaminhado pela autoridade policial, o promotor de justiça com atribuição para o caso verificou que não havia indícios suficientes quanto à autoria e materialidade do delito, pois não fora realizada no curso do procedimento administrativo busca e apreensão que entendia imprescindível. Nesse sentido, o membro do órgão ministerial deverá:

- (A) requerer ao juiz a realização de diligência investigatória antes do oferecimento da denúncia;
- (B) promover o arquivamento do inquérito, por tratar-se de hipótese de absolvição sumária;
- (C) requisitar à autoridade policial que realize, diretamente, a diligência de busca e apreensão pretendida;
- (D) oferecer a denúncia e, após, requerer ao juiz a realização de diligência investigatória;
- (E) promover diretamente a realização da diligência investigatória.

#### **DIREITO PENAL COMUM E DIREITO PENAL MILITAR**

**QUESTÃO 18: (Quadrix - 2022 - CAU-SC - Advogado - adaptada)** Quanto ao conceito de crime, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Sob o aspecto material, crime seria toda conduta que colide frontalmente com a lei penal editada pelo Estado.
- (B) Segundo sua conceituação analítica, crime é o fato típico, ilícito e culpável.
- (C) Sob o aspecto formal, conceitua-se crime como aquela conduta que viola os bens jurídicos mais importantes tutelados pelo Estado.
- (D) O conceito de crime está formal e expressamente positivado no Código Penal, em atenção ao princípio da legalidade.
- (E) Segundo sua conceituação analítica, crime é o fato típico, ilícito, culpável e punível.



**QUESTÃO 19: (FGV - 2023 - TJ-BA - Conciliador - adaptada)** João e Guilherme estavam a bordo de uma lancha, a caminho de uma praia paradisíaca, ocasião em que o marinheiro Jonatan acabou por colidir em uma pedra. Com a lancha afundando, João e Guilherme se jogaram ao mar, momento em que visualizaram um único colete salva-vidas. Após uma breve luta corporal, João conseguiu permanecer com o bem, enquanto Guilherme, desamparado, veio a óbito.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, João atuou sob o manto do(a):

- (A) exercício regular de um direito, causa de exclusão da culpabilidade;
- (B) inexigibilidade de conduta diversa, causa de exclusão da culpabilidade;
- (C) legítima defesa, causa de exclusão da culpabilidade;
- (D) estado de necessidade, causa de justificação;
- (E) legítima defesa, causa de justificação.

**QUESTÃO 20: (FGV - 2022 - Senado Federal - Técnico Legislativo - adaptada)** Assinale a opção **CORRETA** que se relaciona ao princípio da fragmentariedade do Direito Penal.

- (A) Considera-se praticado crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- (B) Nos crimes em que se procedem mediante queixa, se um dos ofendidos concede o perdão ao ofensor, o exercício dessa faculdade não prejudica o direito dos demais quanto ao prosseguimento da ação penal.
- (C) Quando o agente, mediante um só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.
- (D) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução do crime ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
- (E) A norma penal destina-se a proteger os bens jurídicos de maior expressão para a vida em sociedade, só se fazendo necessária quando os demais ramos do Direito sejam incapazes de combater com eficiência a conduta antijurídica.

**QUESTÃO 21: (VUNESP - 2016 - TJM-SP - Juiz de Direito Substituto - adaptada)** Assinale a alternativa **CORRETA** que indica um crime propriamente militar, de acordo com a denominada Teoria Clássica.

- (A) Ingresso clandestino (art. 302 do Código Penal Militar).
- (B) Dano em navio de guerra ou mercante em serviço militar (art. 263 do Código Penal Militar).
- (C) Omissão de socorro (art. 201 do Código Penal Militar).
- (D) Favorecimento a desertor (art. 193 do Código Penal Militar).
- (E) Ofensa às Forças Armadas (art. 219 do Código Penal Militar).



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR  
**PROCURADORIA DA JUSTIÇA MILITAR EM CURITIBA/PR**  
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023 – DIREITO

**QUESTÃO 22:** A deserção, crime militar próprio, segundo a doutrina majoritária, está prevista no artigo 187 do Código Penal Militar, e estará configurada quando o militar se ausenta, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar que deve permanecer, por determinado número de dias.

Assim, considerando que um militar deveria se apresentar para o serviço na unidade em que serve no dia 01 de outubro de 2023 e não o fez, estará consumada a deserção no dia:

- (A) 08 de outubro de 2023.
- (B) 09 de outubro de 2023.
- (C) 10 de outubro de 2023.
- (D) 11 de outubro de 2023.
- (E) 18 de outubro de 2023.

**QUESTÃO 23:** Quanto ao crime de deserção, com fundamento na legislação e na jurisprudência do Superior Tribunal Militar, assinale a opção **INCORRETA**:

- (A) O termo de deserção tem natureza de instrução provisória e destina-se a fornecer os elementos necessários à propositura da ação penal, sujeitando, desde logo, o desertor à prisão;
- (B) A praça sem estabilidade não pode ser denunciada por deserção sem ter readquirido o *status* de militar; condição de procedibilidade para a *persecutio criminis*, através da reinclusão. Para a praça estável, a condição de procedibilidade é a reversão ao serviço ativo;
- (C) Não constituem excludentes de culpabilidade, no crime de deserção, alegações de ordem particular ou familiar desacompanhadas de provas;
- (D) É um crime propriamente militar que atenta contra a autoridade militar;
- (E) No crime de deserção, embora decorrido o prazo da prescrição, estará extinta a punibilidade quando o desertor, se praça, atingir a idade de 45 anos, e, se oficial, a de 60 anos.

**QUESTÃO 24:** Em relação ao crime militar de insubmissão, assinale a opção **CORRETA**.

- (A) Apenas o militar estável pode praticar o crime de insubmissão.
- (B) A prescrição começa a correr, no crime de insubmissão, do dia em que o insubmisso atinge a idade de 30 anos.
- (C) O insubmisso que se apresentar e, ao ser submetido à inspeção de saúde, for considerado incapaz não ficará isento do processo e da inclusão.
- (D) A insubmissão é um delito de mera conduta que se consuma pela não apresentação do convocado no local e no prazo previamente determinados, para prestação do serviço militar obrigatório.
- (E) O crime de insubmissão é caracterizado pela recusa do agente em obedecer à ordem do superior sobre assunto ou matéria de serviço, ou relativamente a dever imposto em lei, regulamento ou instrução.



**DIREITO CONSTITUCIONAL**

**QUESTÃO 25: (CESPE/CEBRASPE-2018 - STM - Analista Judiciário - adaptada)** À luz da Constituição Federal de 1988, julgue os itens que seguem e assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) Ressalvada a hipótese de flagrante delito, a prisão decorrente da prática de transgressão militar dependerá de ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente.
- (B) O militar alistável é elegível e, contando menos de dez anos de serviço, deve ser agregado pela autoridade superior; se eleito, passará, automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
- (C) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado, dos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica ou do próprio Tribunal.
- (D) De acordo com a vigente Constituição, cabe ao Superior Tribunal Militar requisitar intervenção da União quando outra unidade federativa criar óbice ao cumprimento de decisão de qualquer órgão da justiça militar.
- (E) Nos casos de requisição de intervenção federal, o presidente da República estará obrigado a editar o decreto de intervenção, não lhe cabendo, a despeito da sua condição de chefe do Poder Executivo, exercer juízo de conveniência ou de oportunidade da providência requerida.

**QUESTÃO 26: (FCC/2016 - DPU - Defensor Público - adaptada)** De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, acerca do princípio da dignidade humana, assinale a alternativa **CORRETA**.

- (A) As convenções internacionais de direitos humanos ingressam no ordenamento jurídico nacional com *status* de lei complementar.
- (B) Caso o Congresso Nacional aprove, em cada uma de suas casas, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, um tratado internacional acerca dos direitos humanos, tal tratado será equivalente a uma lei complementar.
- (C) À luz do princípio da dignidade humana, a CF/88 estabelece que, após a aprovação por qualquer quórum durante o processo legislativo, todos os tratados e convenções sobre direitos humanos subscritos pelo Brasil passem a ter o status de norma constitucional.
- (D) Os tratados internacionais de direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, terão *status* de norma constitucional. Tais tratados podem fundamentar tanto o controle de constitucionalidade quanto o controle de convencionalidade.
- (E) Para que direitos e garantias expressos em tratados internacionais ratificados pelo Brasil sejam formalmente reconhecidos no sistema jurídico brasileiro, é necessária a aprovação de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros.



**QUESTÃO 27: (CESPE/CEBRASPE-2017 - adaptada)** Quanto ao grau de aplicabilidade das normas constitucionais, classificam-se conforme seu grau de eficácia. Segundo a tradicional classificação, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Em virtude do princípio da aplicabilidade imediata das normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais, tais normas podem ser de eficácia plena ou contida, mas não serão de eficácia limitada.
- (B) Norma constitucional de eficácia contida é aquela que, sendo autoaplicável, autoriza a posterior restrição por parte do legislador infraconstitucional.
- (C) Normas constitucionais de eficácia plena são autoaplicáveis ou autoexecutáveis, como, por exemplo, as normas que estabelecem o mandado de segurança, o habeas corpus, o mandado de injunção e o habeas data.
- (D) As normas que estabelecem diretrizes e objetivos a serem atingidos pelo Estado, visando o fim social, ou por outra, o rumo a ser seguido pelo legislador ordinário na implementação das políticas de governo, são conhecidas como normas programáticas.
- (E) A aplicabilidade direta, imediata e integral é característica das normas constitucionais de eficácia plena. As normas constitucionais de eficácia limitada apresentam eficácia indireta, mediata e reduzida.

**QUESTÃO 28:** De acordo com a Constituição de República Federativa do Brasil de 1988 e com relação à Justiça Militar, assinale a opção **INCORRETA**.

- (A) São órgãos da Justiça Militar o Superior Tribunal Militar, os Tribunais e Juízes Militares instituídos por lei.
- (B) O Superior Tribunal Militar é um órgão da Justiça Militar do Brasil, composto por 15 (quinze) ministros, sendo dez militares e cinco civis, formando o que tecnicamente é chamado de escabinato. São todos nomeados pelo presidente da República, após aprovação pelo Senado Federal.
- (C) A Justiça Militar da União, na primeira instância, e o Superior Tribunal Militar, na última instância, julgam os crimes militares cometidos por integrantes das Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) ou por civis que atentem contra a Administração Militar federal.
- (D) Segundo art. 124 da CRF de 88, à Justiça Militar compete processar e julgar os crimes militares definidos em lei. Esses crimes são aqueles previstos somente no Código Penal Militar.
- (E) Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.



**LEI ORGÂNICA DO MPU 75/93**

**QUESTÃO 29: (CESPE/CEBRASPE-2018 - MPU - Analista do MPU/Direito - adaptada)** No que se refere à Lei Complementar n.º 75/1993, assinale a opção **CORRETA**.

- (A) Conflito de atribuição de determinado caso envolvendo um membro do Ministério Público Federal e um membro do Ministério Público Militar deverá ser submetido à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, e por ela decidido.
- (B) Ao Ministério Público, órgão essencial à função jurisdicional do Estado, incumbe a defesa dos interesses sociais e individuais disponíveis e indisponíveis.
- (C) Com relação ao princípio da indivisibilidade, um membro do Ministério Público da União não pode substituir outro que exerça a mesma função, pois haverá implicações práticas nas atividades desenvolvidas.
- (D) No exercício do controle externo da atividade policial, o Ministério Público pode ter acesso a qualquer documento produzido pelo órgão da polícia, bem como ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais.
- (E) A autonomia funcional abrange todos os órgãos que compõem o Ministério Público e garante que seus membros não se submetam aos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário nem a outro órgão ou autoridade pública.

**QUESTÃO 30: (CESPE/CEBRASPE-2015 - MPU - adaptada)** Com relação à Lei Orgânica do MPU, julgue o item **INCORRETO**.

- (A) Com carreiras independentes entre si e com organizações próprias, o MP junto ao TCU e o MPF integram o MPU.
- (B) É função institucional do MP promover o inquérito civil e a ação civil pública para proteger patrimônio público e social que sofra ameaça de lesão.
- (C) O Procurador-Geral da República é o Chefe do Ministério Público da União, podendo ser reconduzido por mais de duas vezes, sendo que, cada nova recondução deverá ser precedida de decisão do Senado Federal.
- (D) Se o MP elaborar proposta orçamentária em desacordo com os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.
- (E) O Procurador-Geral da República pode ser exonerado por iniciativa do presidente da República depois de autorização da maioria absoluta dos membros do Senado Federal, em votação secreta.



### PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, caso deseje, utilize o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA, no local apropriado, pois não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido.
- Qualquer fragmento de texto além da extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na Folha de Texto Definitivo, a presença de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a anulação da sua prova discursiva.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até 10,00 pontos; até 2,00 pontos serão atribuídos ao quesito apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos) e estrutura textual (organização das ideias em texto estruturado).

#### Texto Motivador:

[...]

*É notório que, no âmbito da Justiça Militar da União, um dos crimes militares de maior incidência se relaciona ao art. 290 do Código Penal Militar, qual seja, o tráfico ou posse de substâncias entorpecentes ou de efeito similar. Isso ficou patente no levantamento inédito realizado pelo Superior Tribunal Militar, consubstanciado na primorosa pesquisa científica descritiva – no ano de 2015 – levado a efeito pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM), cujo escopo foi exatamente demonstrar as principais características e o perfil dos envolvidos nesse tipo ilícito penal militar.*

*Diante desse contexto fático de acentuada gravidade no âmbito das Forças Armadas, não faltou sensibilidade e altruísmo aos Membros e Servidores que atuaram no Projeto Social “Mais que Vencedores”, consistente na prevenção ao uso de drogas para jovens militares. Esse impactante trabalho teve início em meados de 2015, desenvolvido pela Procuradoria de Justiça Militar em Curitiba, abarcando diversas organizações militares abrangidas pela 5ª Circunscrição Judiciária Militar (Paraná e Santa Catarina).*

*Relativamente à iniciativa como essa, há um Ministério Público Militar com efetiva postura resolutiva, principalmente articulado no ambiente castrense, e comprometido com a promoção da justiça social. Afastando, por via reflexa, aquela sua atuação meramente litigante e conferindo espaço a uma ação preventiva e transformadora. Encontra-se nisso a repercussão direta no âmbito da Justiça Militar da União, relativa à redução do número de processos, economia de recursos econômicos e humanos e, não menos importante, para as famílias e amigos dos jovens militares, que, na sua grande maioria, são soldados que prestam o serviço militar inicial e que acabaram de sair da adolescência.*

*A inserção desses jovens no projeto, na prática, distancia-os do nefasto processo criminal com repercussão na sua vida civil. Em sentido oposto, então, são amparados por um programa de conscientização e socialização que implica ganhos positivos ao deixarem o quartel, aumentando as possibilidades de rápida inserção no mercado de trabalho após concluir o serviço militar.*

[...]

COELHO, Valdemar. Cem anos de emoção do Ministério Público Militar: uma realidade fantástica. Rev-MP-Militar n.34. Brasília-DF, 2021, pp. 337-436. (adaptado)



Considerando que o texto apresentado têm caráter unicamente motivador, redija uma dissertação de 30 linhas, no máximo, acerca do seguinte tema:

**POR UM MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO RESOLUTIVO**

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- 1 – sobre a natureza jurídica do Ministério Público; [9,00 pontos]
- 2 – dos princípios e, ao menos, 3 (três) das funções institucionais do Ministério Público; e [9,00 pontos]
- 3 – citar e contextualizar exemplos (pelo menos uma) de práticas e programas voltados a fomentar a cultura de resolutividade do Ministério Público brasileiro no âmbito das suas competências. [10,00 pontos]



**FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA SUBJETIVA**

Número de inscrição: \_\_\_\_\_

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30